



**Jornal Negócios**

05-09-2018

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Economia/Negócios

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 18239

**Temática:** Educação

**Dimensão:** 1820 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/10/11

# Mais de metade das baixas na Educação foram fraudulentas

Os dados divulgados pela Comissão Europeia revelam que no final de 2017 foram realizadas cerca de seis mil juntas médicas. Mais de 50% levaram ao regresso ao trabalho.



Comissão Europeia alerta para o aumento da despesa com pessoal e diz que os custos do descongelamento de carreiras dos professores vai agravar a situação.

ESTADO

# Mais de metade das baixas na educação fraudulentas

Os dados divulgados ontem pela Comissão Europeia revelam que no final de 2017, foram realizadas cerca de seis mil juntas médicas no sector da educação para identificar baixas por doença incorrectas. Resultado: mais de metade dos avaliados regressaram ao trabalho.

**MARGARIDA PEIXOTO**  
margaridapeixoto@negocios.pt  
**SUSANA PAULA\***  
susanapaula@negocios.pt

Mais de metade das baixas por doença atribuídas no sector da Educação, e que foram fiscalizadas no final de 2017 – o último período para o qual há dados –, revelaram-se fraudulentas. A conclusão cons-

ta do relatório da Comissão Europeia sobre a oitava avaliação pós-programa, ontem publicado.

Bruxelas adianta que o plano já anunciado para reduzir o absentismo no sector público “começou a ser implementado”. E dá conta dos primeiros resultados: “A verificação de cerca de seis mil juntas médicas, no sector da educação no final de 2017, para identificar baixas por doença incorrectas, contribuiu para o regresso ao trabalho de mais de metade dos casos avaliados.”

O relatório conta ainda que es-

tavam planeadas mais seis mil acções de verificação para o período entre Março e Agosto deste ano e que “um novo sistema de monitorização para avaliar o absentismo foi montado”.

O Governo tem vindo a sublinhar a estranheza dos números do absentismo verificados entre os trabalhadores do sector público. No relatório do Orçamento do Estado para 2018, o Ministério das Finanças revelou que estava a preparar um plano para reduzir o absentismo, com o objectivo de poupar 60

milhões de euros. Já nessa altura uma parte significativa das poupanças (10 milhões) era esperada no sector da educação. Uma das medidas previstas do plano de combate ao absentismo era precisamente o reforço dos processos de auditoria e de fiscalização. Mas também haveria a intenção de criar incentivos para as boas práticas na gestão de pessoas.

Dados da ADSE, adiantados pelo Jornal de Notícias em Abril, mas referentes a Março, davam conta de seis mil professores de bai-

## 6.000

**JUNTAS MÉDICAS**

Número de juntas médicas realizadas no sector da educação no final de 2017. Mais de metade regressou ao trabalho.



xa médica há mais de dois meses. Estes profissionais estariam à espera de serem chamados para ir a junta médica. Segundo o jornal, todos os meses cerca de 500 professores são avaliados por juntas médicas, enquanto o conjunto dos restantes funcionários públicos é sujeito a 2.700 verificações mensais.

Os dados podem não ser absolutamente comparáveis, mas o último relatório da ADSE concluiu que 25% dos trabalhadores do Estado que foram avaliados por juntas médicas em 2016 estavam afinal aptos para trabalhar. No privado, segundo dados avançados pela TSF, a fraude detectada ronda os 20%.

#### Bruxelas preocupada com os professores

Numa altura em que as negociações para o Orçamento do Estado entram numa fase decisiva, esta não é a única mensagem deixada pela Comissão Europeia sobre os professores.

No relatório, Bruxelas alerta para o aumento das despesas com pessoal, que diz já estar a crescer acima do previsto no Orçamento, e considera que o desgelamento de carreiras especiais pode agravar a situação.

“As modalidades precisas do desgelamento de algumas carreiras específicas (em particular a dos professores) estão ainda a ser negociadas e podem colocar uma pressão significativa alta no custo total da medida de desgelamento” das carreiras na Administração Pública, afirma a Comissão.

O Governo estima que o desgelamento de carreiras custaria 0,2% do PIB este ano e no próximo e mais 0,1% em 2020.

Os professores querem que sejam contabilizados nove anos, quatro meses e dois dias, uma medida que o Governo estima ter um custo de 635 milhões de euros e que é visto como incontrolável para a sustentabilidade da finanças públicas. Já os representantes dos trabalhadores contestam este valor e contra-argumentam que é possível fazer esse pagamento.

Os sindicatos da Função Pública reúnem-se esta quarta-feira com as Finanças para começar a discutir o orçamento. As negociações com os professores são retomadas na sexta-feira. **\*com CAP**

## TOME NOTA

### Os cinco alertas da Comissão Europeia

**Relatório sobre a oitava missão pós-troika deixa avisos para este ano e para a preparação do Orçamento do Estado para 2019.**

#### REDUÇÃO DE NOVAS POSIÇÕES A PRAZO

Embora as alterações à lei laboral procurem reduzir os contratos a prazo, Bruxelas avisa que as restrições em cima da mesa podem levar a que algumas posições temporárias deixem de ser criadas.

#### 35 HORAS PRESSIONAM

A segunda fase de implementação das 35 horas no sector da saúde (que abrange enfermeiros, assistentes e técnicos), que se iniciou em Julho, vai significar uma “pressão adicional” na factura com salários, através da compensação de horas extras.

#### NOVO BANCO PODE VOLTAR A PENALIZAR

Embora considere que os riscos para as contas públicas estejam equilibrados, Bruxelas diz que potenciais novas medidas de apoio à banca, sobretudo voltar a activar o mecanismo de contingência do Novo Banco, podem penalizar a meta do défice.

#### MEDIDAS POR DEFINIR

A receita extra de 90 milhões de euros com “outros impostos” em 2019, que o Governo inscreveu no Programa de Estabilidade (enviado a Bruxelas em Abril) deve ser especificada na preparação do esboço orçamental para o próximo ano, defende a Comissão.

#### AUMENTOS NO SMN DEVEM SER AVALIADOS

Apesar de dizer que não foram identificados efeitos adversos nos últimos aumentos do Salário Mínimo Nacional (SMN), Bruxelas insiste que o impacto das novas e anteriores subidas na empregabilidade dos trabalhadores com baixas qualificações deve continuar a ser monitorizado.